



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**6º EXAME
DE
SELEÇÃO**

Certo

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE
E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
- 1997 -**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) São princípios fundamentais do Estado Brasileiro:

- a) a cidadania, a legalidade e o apoio à cultura;
- b) a Federação, a República e a Democracia;
- c) a separação dos Poderes, a livre iniciativa e a licitação;
- d) a cidadania, o concurso público e a capacidade contributiva;
- e) a legalidade, a isonomia e a proteção do meio ambiente.

2) Indique qual modalidade de intervenção na propriedade privada não é autorizada pela Constituição:

- a) desapropriação;
- b) requisição;
- c) pena de perdimento de bens;
- d) confisco;
- e) limitações administrativas.

3) São direitos individuais na Constituição Brasileira:

- a) o direito de greve e de associação;
- b) os direitos de votar e ser votado;
- c) a liberdade de expressão e o direito de resposta;
- d) o direito ao salário mínimo e às férias;
- e) o direito à saúde e à educação.

4) Autonomia dos Estados-membros da Federação significa:

- a) que eles são soberanos, juntamente com a União;
- b) que eles têm capacidade de auto-organização, autogoverno e auto-administração;
- c) que eles podem legislar sobre todas as matérias de seu interesse;
- d) que eles podem manter relações internacionais com outros Estados;
- e) que a União não pode neles intervir.

5) Na Federação brasileira, as competências são assim distribuídas:

- a) a Constituição enumera taxativamente os poderes da União, Estados e Municípios;
- b) a Constituição enumera os poderes dos Estados e dos Municípios, ficando a União com a competência remanescente ou residual;
- c) a Constituição prevê competências concorrentes para União, Estados e Municípios em todas as matérias;
- d) a Constituição é silente na matéria, cabendo à legislação ordinária dispor a respeito;
- e) a Constituição enumera expressamente as competências da União, reserva aos Municípios as matérias de interesse local e atribui competência remanescente ou residual aos Estados.

6) São princípios da administração pública:

- a) legalidade, licitação e concurso público;
- b) razoabilidade, efetivação dos contratados temporariamente e motivação dos atos administrativos;
- c) limites máximos de remuneração, vedação ao abuso do poder econômico e moralidade;
- d) legalidade, parafiscalidade, eficiência;
- e) concurso público, proteção à família, vedação de acumulação remunerada de cargos.

7) Caracterizam o Estado Federal:

- a) centralização política, Estados Federados Soberanos;
- b) descentralização política, inexistência de repartição de competências;
- c) centralização política, existência de Constituições Estaduais;
- d) descentralização política, Estados Federados Soberanos;
- e) descentralização política, participação da vontade regional na vontade nacional.

8) A Constituição da República de 1988 se caracteriza por ser:

- a) escrita, promulgada, dogmática, flexível;
- b) escrita, promulgada, histórica, rígida;
- c) escrita, promulgada, dogmática, rígida;
- d) escrita, promulgada, dogmática, semi-rígida;
- e) não escrita, outorgada, histórica, flexível.

9) Aplicam-se aos servidores da Administração direta os seguintes direitos sociais, exceto:

- a) salário mínimo;
- b) décimo terceiro salário;
- c) repouso semanal remunerado;
- d) licença à gestante;
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

10) Assinale a assertiva correta:

- a) compete aos Estados criar, organizar e suprimir distritos;
- b) compete privativamente à União legislar sobre informática e telecomunicações;
- c) compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre populações indígenas;
- d) são reservadas aos Municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição;
- e) compete aos Municípios legislar privativamente sobre registros públicos.

11) Assinale, dentre as assertivas que se seguem, aquela que melhor correlaciona Estado e Sociedade:

- a) o Estado representa uma forma incipiente de Sociedade;
- b) um conjunto de pessoas, ainda que não organizado e sem visar a uma finalidade comum, representa a Sociedade, embora não represente o Estado;
- c) Estado e Sociedade são conceitos que não guardam qualquer correlação;
- d) o Estado é a Sociedade politicamente organizada;
- e) o Estado é a Sociedade politicamente desorganizada.

12) Quando do advento de uma nova Constituição, o que ocorre com a legislação até então vigente ?

- a) é toda ela revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas as leis, em conformidade com as disposições introduzidas pela nova Constituição;
- b) permanece ela integralmente em vigor, ainda que alguns diplomas legais sejam incompatíveis com a nova Constituição;
- c) cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
- d) cabe ao Poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as que ficam revogadas pela nova Constituição;
- e) permanecem em vigor apenas as leis que sejam compatíveis com a nova Constituição.

13) Classifique, quanto à forma e quanto ao conteúdo, um Decreto que declare de utilidade pública, para fins de desapropriação, determinado imóvel:

- a) lei no sentido formal e ato administrativo no conteúdo - lei em sentido meramente formal;
- b) ato administrativo na forma e lei no conteúdo - lei no sentido meramente material;
- c) lei na forma e no conteúdo;
- d) ato administrativo na forma e no conteúdo;
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

14) Classifique, quanto à forma e quanto ao conteúdo, uma hipotética lei ordinária que haja estipulado o pagamento de uma pensão mensal vitalícia a uma determinada pessoa, que ela (lei) expressamente indica:

- a) lei no sentido formal e ato administrativo no conteúdo - lei em sentido meramente formal;
- b) ato administrativo na forma e lei no conteúdo - lei no sentido meramente material;
- c) lei na forma e no conteúdo;
- d) ato administrativo na forma e no conteúdo;
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

15) Qual das opções que se seguem é verdadeira ?

- a) Confederação resulta da união indissolúvel de Estados não soberanos;
- b) Federação é uma forma de Estado resultante da união de Estados-membros que, no entanto, mantém, cada qual, a sua soberania;
- c) Confederação é sinônimo de Federação;
- d) Federação é uma forma de Estado que detém a soberania, resultado da união de Estados-membros igualmente soberanos;
- e) Federação é uma forma de Estado que detém a soberania, resultado da união de Estados-membros não soberanos, mas simplesmente autônomos.

16) Em qual das alternativas que se seguem o Poder Executivo pratica ato que, embora lhe seja constitucionalmente deferido, representa uma exceção à rigidez do Princípio da "Tripartição dos Poderes" (tripartição das funções do Estado) ?

- a) quando edita um decreto tendente a regulamentar uma lei;
- b) quando edita uma medida provisória;
- c) quando apresenta ao Congresso Nacional uma proposta de lei;
- d) quando nomeia um Ministro de Estado;
- e) quando declara de utilidade pública determinado imóvel, para fins de desapropriação.

17) Qual das espécies normativas abaixo não está prevista na Constituição Federal ?

- a) Resolução;
- b) Lei delegada;
- c) Decreto-lei;
- d) Lei complementar;
- e) Decreto legislativo.

18) Qual das afirmativas que se seguem, todas relativas aos servidores públicos, é verdadeira ?

- a) a investidura em cargo ou emprego público independe de aprovação em concurso público;
- b) o prazo de validade do concurso público é de até três anos, prorrogável por igual período;
- c) desde a aprovação em concurso público o servidor torna-se estável;
- d) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, ressalvada a nomeação para cargo em comissão declarado, em lei, como sendo de livre nomeação e exoneração;
- e) nenhuma das repostas acima.

19) De acordo com a Constituição Federal de 1988, não são vitalícios os cargos de:

- a) Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- b) Juízes classistas;
- c) Ministros do Tribunal de Contas;
- d) Juízes de Direito;
- e) Membros do Ministério Público.

20) Qual a opção que reúne os elementos mais comumente tidos como essenciais à existência do Estado ?

- a) povo, território e poder;
- b) território e poder;
- c) poder e povo;
- d) poder, território, povo e religião;
- e) pluralismo partidário, território e povo.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

21) Ao apreciar e julgar ação de reparação de danos em decorrência de ato ilícito, o juiz julga procedente a ação entendendo ter ocorrido efetivamente o ato ilícito alegado e a obrigação de indenizar. A sentença, em tal hipótese, terá natureza:

- a) declaratória;
- b) mandamental;
- c) condenatória;
- d) constitutiva;
- e) executiva;

22) Ao réu compete a prova:

- a) dos fatos cobertos por presunção legal de existência ou de veracidade;
- b) dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor;
- c) dos fatos incontroversos no processo;
- d) dos fatos públicos e notórios;
- e) dos fatos não provados pelo Autor.

23) Ao decidir a lide, o juiz:

- a) a decidirá nos limites em que foi proposta;
- b) a decidirá de modo a compor o conflito intersubjetivo de interesses;
- c) aplicará a norma jurídica incidente ao caso concreto trazido a julgamento, dirimindo o conflito de interesses;
- d) conhecerá de todas as questões pertinentes;
- e) a decidirá nos limites em que foi proposta, sendo-lhe vedado conhecer de questões a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

24) São condições da ação:

- a) a legitimidade, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido;
- b) a competência, a tempestividade e o procedimento adequado;
- c) a legitimidade, a competência e a possibilidade jurídica do pedido;
- d) o interesse de agir, a tempestividade e a legitimidade;
- e) a possibilidade jurídica do pedido, a tempestividade e a competência.

25) O juiz julgará extinto o processo sem julgamento do mérito:

- a) quando as partes transigirem;
- b) quando o juiz acolher alegação de ilegitimidade passiva formulada pelo Réu;
- c) quando o juiz acolher a alegação de prescrição;
- d) quando o réu reconhecer juridicamente o pedido formulado pelo Autor;
- e) quando o juiz julgar procedente a ação.

26) No julgamento da causa, as questões suscitadas pelas partes são decididas na seguinte ordem:

- a) questão prejudicial, questão de mérito e questão preliminar;
- b) questão de mérito, questão preliminar e questão prejudicial;
- c) questão preliminar, questão prejudicial e questão de mérito;
- d) questão de mérito, questão prejudicial e questão preliminar;
- e) questão preliminar, questão de mérito e questão prejudicial.

27) Podemos afirmar corretamente que existem:

- a) processo de conhecimento e procedimento de execução;
- b) processo de conhecimento e procedimento cautelar;
- c) processo de conhecimento e procedimento comum, que poderá ser ordinário e sumário;
- d) processo de execução e procedimento de conhecimento;
- e) processo cautelar e procedimento de execução.

28) São auxiliares permanentes da Justiça:

- a) o Oficial de Justiça e o Juiz;
- b) o Escrivão e o Juiz;
- c) o Oficial de Justiça e o Escrivão;
- d) o Escrivão e o Intérprete;
- e) o Escrivão e o Avaliador.

29) É exceção ao princípio NE PROCEDAT IUDEX EX OFFICIO:

- a) a inspeção judicial;
- b) o poder cautelar genérico;
- c) a determinação de que sejam citados todos os litisconsortes necessários;
- d) o julgamento conforme o estado do processo;
- e) a possibilidade de o juiz trabalhista instaurar a execução trabalhista.

30) A Fazenda Pública tem prazo:

- a) em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
- b) em quádruplo para contestar e em dobro para apresentar resposta a recurso;
- c) em dobro para contestar e comum para recorrer;
- d) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer;
- e) em dobro para contestar e recorrer.

DIREITO CIVIL

31) Uma lei entra em vigor no país, salvo disposição contrária:

- a) no dia da sua publicação;
- b) 30 dias após a publicação;
- c) 45 dias após a publicação;
- d) 60 dias após a publicação;
- e) 90 dias após a publicação.

32) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a lei posterior revoga a anterior de mesma hierarquia;
- b) a lei posterior revoga a anterior de hierarquia superior;
- c) uma disposição de caráter especial se sobrepõe a uma disposição de caráter geral;
- d) a lei pode ter vigência temporária;
- e) a lei pode vigor por tempo indeterminado.

33) Os meios de integração previstos no nosso ordenamento, no art. 4º da Lei de Introdução, são:

- a) a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito;
- b) a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade;
- c) a analogia, a interpretação extensiva, os costumes e os princípios gerais do direito;
- d) a analogia, a interpretação extensiva, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade;
- e) a analogia, os costumes, a interpretação extensiva e os princípios gerais do direito.

34) Assinale a alternativa incorreta: São absolutamente incapazes:

- a) os menores de dezesseis anos;
- b) os silvícolas;
- c) os loucos de todo o gênero;
- d) os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade;
- e) os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

35) Assinale a alternativa incorreta: A incapacidade termina:

- a) aos 21 anos de vida;
- b) pelo casamento;
- c) pelo estabelecimento civil ou comercial, com economia própria;
- d) pelo ingresso na Universidade;
- e) pelo exercício de emprego público efetivo.

36) Assinale a alternativa incorreta: São pessoas jurídicas:

- a) o Estado do Rio de Janeiro;
- b) o Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ;
- c) a Secretaria Estadual de Educação;
- d) uma Fundação pública;
- e) uma sociedade mercantil de direito privado.

37) Assinale a alternativa incorreta: São considerados bens imóveis:

- a) o solo;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) a estátua colocada no terreno de uma casa;
- d) as árvores e frutos pendentes;
- e) os direitos de autor.

38) Assinale a alternativa incorreta:

- a) as partes de um contrato podem transformar juridicamente um bem naturalmente divisível em bem indivisível;
- b) coisas singulares são as que, embora reunidas, se consideram de per si, independentemente das demais;
- c) a pintura é bem acessório em relação à tela;
- d) uma casa é considerada acessório do solo onde se encontra;
- e) não se consideram benfeitorias os melhoramentos sobrevindos à coisa sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

39) Assinale a alternativa correta: Os defeitos dos atos jurídicos expressamente previstos no Código Civil são:

- a) o erro, o dolo, a coação, a simulação e a fraude contra credores;
- b) o erro, o dolo, a coação, a simulação, a fraude contra credores e a fraude à execução;
- c) o erro, o dolo, a coação e a simulação;
- d) o erro, o dolo e a coação;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

40) Assinale a afirmação incorreta:

- a) a condição subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto;
- b) na condição resolutiva, enquanto ela não se verificar, o ato jurídico produz efeitos;
- c) na condição suspensiva, o direito se adquire com o implemento da condição;
- d) o termo inicial suspende a aquisição do direito;
- e) os prazos são contados, salvo disposição em contrário, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

41) Assinale a alternativa incorreta:

- a) é nulo o ato jurídico praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) é nulo o negócio jurídico que tem por objeto prestação ilícita;
- c) é nulo o ato jurídico que não revestir a forma prescrita em lei;
- d) é nulo o ato jurídico praticado com dolo;
- e) é nulo o ato jurídico, quando preterida solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

42) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a responsabilidade civil do Estado depende da prova da culpa do funcionário causador do dano;
- b) não gera dever de indenizar o ato que provoca dano, praticado em legítima defesa, relativamente ao ofensor;
- c) a destruição de coisa alheia para remover perigo iminente não constitui ato ilícito;
- d) a destruição de coisa alheia para remover perigo iminente gera o dever de indenizar;
- e) nenhuma das respostas anteriores é incorreta.

43) Assinale a alternativa incorreta:

- a) somente pode haver renúncia à prescrição depois que ela se consumar;
- b) a prescrição não corre contra incapazes;
- c) a decadência pode ser interrompida pela citação;
- d) a decadência afeta o próprio direito;
- e) a interrupção da prescrição faz com que o prazo reinicie do zero.

44) Assinale a alternativa incorreta:

- a) o direito à anulação do negócio jurídico por erro caduca no prazo de 4 anos;
- b) as ações contra o Estado prescrevem em 20 anos;
- c) o prazo geral de prescrição de direitos pessoais é de 20 anos;
- d) as prestações de aluguéis prescrevem em 5 anos;
- e) a ação do doador para revogar a doação prescreve em 1 ano.

45) Assinale a alternativa correta: Nas obrigações de dar coisa certa:

- a) o credor pode ser obrigado a receber outra, se for mais valiosa;
- b) a obrigação não abrange os acessórios da coisa, a não ser que tenham sido mencionados;
- c) se a coisa se perder antes da tradição, ainda assim subsiste o dever de indenizar, mesmo que não haja culpa do devedor;
- d) se a coisa se deteriorar sem culpa do devedor, o credor é obrigado a aceitar a coisa, abatido do seu preço o valor que perdeu;
- e) até à tradição, pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.

46) Assinale a alternativa correta: Nas obrigações genéricas:

- a) o objeto da obrigação é individualizado;
- b) a escolha do objeto com o qual a obrigação será prestada pertence sempre ao devedor;
- c) o devedor, no momento da concentração do débito, pode escolher qualquer objeto do gênero, mesmo que entre os disponíveis haja diferença de qualidade;
- d) o devedor pode alegar que perdeu o objeto da obrigação, para se furtar ao seu cumprimento, mesmo antes da concentração;
- e) a concentração do débito transforma a obrigação em obrigação de dar coisa certa.

47) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Uma obrigação de fazer pode ser ou não personalíssima;
- b) na obrigação de fazer, se a prestação do fato se impossibilitar sem culpa do devedor, resolve-se a obrigação;
- c) o devedor de obrigação de fazer que se recusa a prestar é obrigado a pagar perdas e danos;
- d) nas obrigações de fazer, o credor nunca poderá obter o cumprimento da obrigação através de terceiro;
- e) a obrigação de não fazer pode ser extinta pela impossibilidade do devedor de se abster.

48) Assinale a opção incorreta: Nas obrigações alternativas:

- a) quando a escolha é do devedor e a obrigação se tornar impossível por culpa do devedor, pode ele escolher pagar o valor equivalente a qualquer das prestações;
- b) a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou;
- c) o credor não pode ser obrigado a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) se todas as prestações se tornarem impossíveis, sem culpa do devedor, extingue-se a obrigação;
- e) se uma das duas prestações se impossibilitar, subsistirá o débito quanto à outra.

49) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes;
- b) a obrigação solidária pode ser condicional para alguns co-devedores e pura para outros;
- c) na solidariedade ativa, qualquer dos credores pode exigir o crédito por inteiro;
- d) na solidariedade ativa, mesmo convertendo-se a obrigação em perdas e danos, subsiste a solidariedade, aproveitando a todos os juros de mora;
- e) um dos herdeiros do credor solidário pode exigir do devedor a dívida por inteiro.

50) Assinale a alternativa incorreta:

- a) na solidariedade passiva, o credor tem direito de exigir e receber de um ou alguns dos devedores, parcial, ou totalmente, a dívida comum;
- b) um dos devedores solidários pode validamente estipular obrigação adicional com o credor, que não terá validade somente para os demais devedores;
- c) na solidariedade passiva, tendo sido a ação proposta somente contra um devedor, apenas este responde pelos juros de mora;
- d) o credor pode renunciar à solidariedade na solidariedade passiva;
- e) na solidariedade passiva, presumem-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores.

Procuradoria-Geral do Estado

A V I S O

6º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTAGIARIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 27.04.97:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - B	08 - C	15 - E
02 - D	09 - E	16 - B
03 - C	10 - B	17 - C
04 - B	11 - D	18 - D
05 - E	12 - E	19 - B
06 - A	13 - D	20 - A
07 - E	14 - A	

TEORIA GERAL DO PROCESSO

21 - C	25 - B	29 - E
22 - B	26 - C	30 - D
23 - E	27 - C	
24 - A	28 - C	

DIREITO CIVIL

31 - C	38 - C	45 - E
32 - B	39 - A	46 - E
33 - A	40 - D	47 - D
34 - B	41 - D	48 - A
35 - D	42 - A	49 - E
36 - C	43 - C	50 - C
37 - E	44 - B	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1997.

FERNANDO CAVALCANTI WALCACKER
Presidente da Comissão de Seleção de Estagiários